N.º P.º

Secreto

Illmo emo Snr
Mc. e Ex. S.

Como em tudo que, em consequencia dos acontecimentos occorridos em Portugal, e por meio impulso de nosso zelo, estamos fazendo á bem dos Direitos de Sua Magestade Imperial na qualidade de Rey de Portugal, obrámos de commum acordo, pareceo-nos regular, e consequente o dirigir-nos reunidamente á V.Ex.ª; e assim o começamos a praticar pelo presente officio que ora temos a honra de lhe endereçar.

Deixando porem de participar á V.Ex.ª as noticias ultimamente recebidas de Lisboa, por haver a Legação de Londres desempenhado já este dever, principiaremos por informa-lo de que sendo a convocação dos antigos Tres Estados daquelle Reino huma medida manifestamente illegal, e insidiosa, e havendo ella sido considerada como tal pelos Ministros Estrangeiros, residentes naquella Capital, que julgarão por isso dever interromper as suas relações officiaes com a Regencia do referido Reino,

até o recebimento de novas ordens das suas respecti-
vas Côrtes, parece-nos que, á vista deste louvavel
procedimento dos sobreditos Ministros, não poderia-
mos nós, que temos a honra de sermos Plenipoten-
ciarios de Sua Magestade Imperial, deixarmos
de darmos algum passo para o fim, senão de fazer
malograr, ao menos de impedir, os nefarios intentos
da facção perjura, e rebelde que contrahio o criminoso
empenho de privar o Nosso Augusto Amo, e Sua
Presada Filha do Direito de Succesão na Corôa
daquella Monarquia.

E parecendo-nos que para invalidarmos a
resolução que hajão de tomar os ditos Trez Estados,
convinha atacar d'antemão a legalidade da sua
convocação, assentamos pôr em pratica este
expediente, por meio de hum Protesto dirigido á
Nação Portugueza, que he o constante da copia
incluza, e que publicaremos, e notificaremos aos

Governos da Europa logo depois da expedição da
malla deste Paquete. Redigindo esta peça,
fisemos a mais escrupulosa escolha de factos, ar-
gumentos, e termos, para poupar mos quanto fosse
possivel o Senhor Infante, e não implicarmos de
maneira alguma o Brasil em huma medida
que tomabamos unicamente no interesse de Sua
Magestade Imperial, como Rey de Portugal.
Ficamos na persuasão de havermos conseguido
este duplo fim; e muu felises seremos, se o Mesmo
Senhor Houver por bem approvar este nosso Protesto
e os termos decorósos, e commedidos em que o traça
mos. —
Além desta medida, pretendemos tomar
a de abrirmos huma correspondencia Official com
o Governo Provisorio que se diz haver-se installado
no Porto em Nome de S. M. El-Rey Dom
Pedro 4.º, para lhe insinuarmos a marcha que

que deverá seguir em ordem á merecer a benevolen-
cia das Grandes Potencias, e lhe grangearmos a for-
ça moral de que necessita para o bom exito da cau-
sa que pretende defender, e sustentar.

Prevendo porem que lhe faltavão os meios pe-
cuniarios que se fazem indispensaveis para esse effeito,
estámos decididos á lhe prestar aquelles que esti-
verem ao alcance da Legação Imperial em Lon-
dres, e com a condição expressa de que as quantias
adiantadas serão consideradas como hum empresti-
mo de primor, e independente da indemnisação pe-
cuniaria que o Brasil se obrigou a pagar a Por-
tugal pela convenção Additional de 29 de Agosto
de 1825.

Encetaremos pois esta correspon-
dencia por meio do General João Carlos de Sal-
danha, que contamos expedir para o Porto, den-
tro de poucos dias, acompanhado do General
Shubs, e alguns officiaes de menor patente que

que presentemente se achaõ nesta Capital. —

Levados do mesmo desejo de empecermos quanto estiver da nossa parte o progresso da rebellião contra a Legitima Authoridade de El-Rey o Senhor Dom Pedro 4.º, tratamos de desprender da dependencia do Governo rebelde todas as Legaçoens Portuguesas: e tão boa opiniaõ temos da honra, e lealdade das pessoas nellas empregadas, que esperamos ser muy bem succedidos nesta nossa tentativa. Porem como neste caso será mister assegurar-lhes a continuaçaõ dos seus respectivos vencimentos, em quanto naõ se restaurar a Legitima Authoridade do Mesmo Senhor naquelle Reino, contamos tambem prover a ese urgente artigo de despesa, sob a mesma condiçaõ acima mencionada; e já começamos a pôr em execuçaõ este plano, exigindo hontem mesmo do Marquez de Palmella que houvesse de enviar a Sua Magestade novos

protestos da sua fidelidade, e ao governo de Portugal a demissão do cargo que Elle lhe conferio nesta Côrte. O Marquez prometteo-nos logo assim faser: mas até este momento, não temos em nosso poder documento algum que authentique o desempenho desta promessa. Iguaes intimações pretendemos faser aos demais Ministros Portuguezes; e a V. Ex.ª iremos participando o resultado dellas, para a devida intelligencia do Nosso — "

Augusto Amo.

P. Resta-nos ainda dizer a V. Ex.ª que as duvidas que havíamos concebido sobre a authenticidade do Decreto de 3 de Março p.p., pelo qual S. M. completou a Sua abdicação da Corôa de Portugal, se acham hoje inteiramente desvanecidas, por ter chegado ás nossas mãos a gazeta em que elle foi officialmente publicado nessa Capital. Como porem esse Decreto não possa ter execução, por haverem ca-

variado as circunstancias que Sua Magestade
tinha na Sua Augusta Mente, quando o firmou,
entendemos que devemos continuar a pôr em pra-
tica as medidas entre nós acordadas, não obs-
tante a publicação inesperada do mesmo Decreto.
Constando-nos ao mesmo tempo que em a
Não Dom Joaõ 6.º hia a partir desta côrte dois
Commissarios, encarregados da entrega do citado
Decreto, contámos antecipar hum Officio nosso aos
ditos Commissarios, para informa-los de tudo que
ha occorrido, e dos passos que havemos aqui dado,
e muito folgaremos, se esta medida preventiva
produzir o desejado effeito de obviar qualquer dis-
cordancia no desempenho das suas, e nossas obriga-
ções. —
Ao que tudo quanto nos cumpre participar, desta
feita, a V. Ex.ª para fase-lo constante á Sua
Magestade Imperial, Rija in dulgencia implora
mos

imploramos desde já, se, por excesso de zelo pelo bem
dos Seus Direitos tão perfidamente violados, houver-
mos obrado alguma coisa, que não mereça a Sua
cabal approvação.—
Deos Guarde a V. Ex.ª — Londres em 24 de
Maio de 1828.

Illmo e mo Sr. Marquez de Aracaty.

Marquez de Rezende.

Visconde de Itabayana

# Protestation faite et adressée à la Brave Nation Portugaise par les Plénipotentiaires de Sa Majesté L'Empereur du Brésil, en qualité de Roi du Portugal.

LES Soussignés, Envoyés Extraordinaires et Ministres Plénipotentiaires de Sa Majesté L'Empereur du Brésil près leurs Majestés, L'Empereur d'Autriche et le Roi du Royaume Uni de la Grande Bretagne et d'Irlande, &c. &c. &c. Ayant été officiellement informés de tous les attentats commis dernièrement en Portugal contre l'autorité légitime de Sa Majesté le Roi Dom Pedro IV ; et reconnaissant que tous les actes y pratiqués, et nommément l'Adresse faite par le Conseil Municipal de Lisbonne le 25 Avril dernier, ainsi que le Décret de cette date et ceux du 13 Mars et 3 Mai (que la trahison et la violence ont forcé Monseigneur l'Infant Dom Miguel à signer) portent une criminelle atteinte aux Droits Incontestables de sa dite Majesté et de Sa Fille, Bien-aimée, La Reine Dona Maria da Gloria, que les Gouvernemens de l'Europe en général, et la Nation Portugaise en particulier ont solemnellement reconnus, ils manqueraient à leur devoir, s'ils tardaient plus long tems à appliquer aux circonstances malheureuses du Portugal les Instructions éventuelles dont leur Auguste Maître a daigné les munir.

Appelés donc á remplir ce pénible et honorable devoir, les Plénipotentiaires soussignés protestent, de la manière la plus formelle et au nom de Sa Majesté Le Roi Dom Pedro IV ;

1, contre toute violation des Droits Héréditaires de Sa dite Majesté et de Son Auguste Fille, La Reine Dona Maria da Gloria.

2, contre l'abolition des Institutions octroyées librement par le Roi, jurées et établies légalement en Portugal.

3 et enfin, contre la convocation illégale et insidieuse des anciens Etats du dit Royaume, qui ont cessé d'exister, et par l'effet d'une longue prescription et par suite des Institutions précitées.

Mais, comme cette Protestation solemnelle ne puisse être notifiée au gouvernement actuel du Portugal (le quel, en violant ouvertement toutes les conditions qui lui avaient été imposées par Sa Majesté Le Roi Dom Pedro IV, et en révoquant en doute les Droits Imprescriptibles de ce Monarque, par le Décret rendû à Lisbonne le 3 de ce mois, ne peut être considéré que comme un gouvernement de fait, dont les rapports politiques se trouvent déjà interrompus avec les Ministres Etrangers, résidant à Lisbonne) les Plénipotentiaires Soussignés se sont décidés à adresser cette Protestation, comme ils le font, à la brave Nation Portugaise, dans la ferme persuasion qu'ils ne la lui addresseront pas en vain, et que sa fidélité héréditaire ne souffrira jamais qu'une faction parjure et perfide renverse le principe tutélaire de la Légitimité, sur le quel est fondé le repos de l'Europe, et que tous les Souverains ont contracté l'engagement bienfaisant de maintenir inviolable, pour Leur propre bonheur et celui de Leurs Sujets.

Fait á Londres, ce 24 Mai, 1828.

(Signé) LE MARQUIS DE RESENDE,
LE VICOMTE D'ITABAYANA.

Londres :—Imprime par W. GLINDON, 51, Rupert Street, Haymarket.

Les Soussignés, Envoyés Extraordinaires et Ministres Plénipotentiaires de Sa Majesté L'Empereur du Brésil, près Leurs Majestés L'Empereur d'Autriche et le Roi du Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et Irlande &&& Etant été officiellement informés de tous les attentats Commis dernièrement en Portugal contre l'autorité légitime de Sa Majesté Le Roi Dom Pedro 4e et reconnaissant que tous les actes pratiqués, et nommément l'adresse faite par le Conseil Municipal de Lisbonne le 25 Avril dernier, ainsi que le Décret de cette date et ceux du 13 Mars et 3 Mai que la trahison et la violence ont forcé Monseigneur l'Infant Dom Miguel à signer, portent une criminelle atteinte aux Droits incontestables de Sa dite Majesté et de Sa Fille Bien-aimée la Reine Dona Maria da Gloria / que les Gouvernements de l'Europe en général et la Nation Portugaise en particulier ont solennellement reconnus / ils manqueraient à leur devoir, s'ils tardaient plus longtems à appliquer aux circonstances malheureuses du Portugal les instructions éventuelles dont Leur Auguste Maître a Daigné les munir.

Appelés Donc à remplir ce pénible et honorable devoir, les Plénipotentiaires Soussignés protestent de la manière la plus formelle

et au Nom de Sa Majesté Le Roi Dom Pedro 4.to non seulement contre toute violation des Droits de Sa dite Majesté et de Son Auguste Fille la Reine Dona Maria da Gloria, mais aussi contre l'abolition des Institutions octroyées librement par le Roi, jurées et établies légalement en Portugal; et enfin contre la convocation illégale et insidieuse des anciens Etats dudit Royaume, qui ont cessé d'exister et par l'effet d'une longue prescription et par suite des Institutions précitées.

Mais, comme cette protestation solennelle ne puisse être notifiée au Gouvernement actuel de Portugal, le quel en violant ouvertement toutes les conditions qui lui avaient été imposées par S. M. Le Roi Pierre 4.to, et en revoquant en doute les Droits imprescriptibles de ce Monarque par le Décret rendu à Lisbonne le 3 de ce Mois, ne peut être considéré que comme un Gouvernement de fait, et dont les rapports officiels se bornent déjà interrompus avec les Ministres Etrangers résidant à Lisbonne, les Plénipotentiaires Soussignés se sont décidés a addresser cette protestation, comme ils le font à la bonne Nation Portugaise dans la ferme persuasion qu'ils ne la lui addresseront pas en vain, et que sa fidélité héréditaire ne souffrira jamais qu'une

factieux pervers et perfide renverse le principe
tutelaire de la légitimité, sur le quel est fondé
le repos de l'Europe et que tous les Souverains
ont contracté l'engagement bien faisant de
maintenir inviolable pour Leur propre
bonheur et celui de leurs Sujets.

Fait à Londres ce Mai 1828

Sta Confamme

Verissimo Maximo de Almeida